

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**RESOLUÇÃO Nº 15/2019-PGJ, DE 2 DE SETEMBRO DE 2019.**

Altera a Resolução nº 009/2012-PGJ, de 04 de abril de 2012.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso V, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, tendo em vista o disposto no artigo 29 da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º O § 1º do art. 7º da Resolução 009/2012-PGJ, de 4.4.2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º ”

§1º O Valor Básico da Diária (VBD) corresponde a R\$ 163,90 (cento e sessenta e três reais e noventa centavos).” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 2 de setembro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3195/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes 10 (dez) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1991, a serem usufruídos no período de 14 a 23.10.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3177/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Roberto Tavares de Souza 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídos no período de 17 a 26.9.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3178/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 29.8 a 4.9.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3179/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonca de Freitas 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, por ter atuado no período de 20 a 28.12.2017, a ser usufruído no dia 4.10.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3180/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Allan Carlos Cobacho do Prado	30 e 31.3, 11 e 12.5.2019	10 a 13.9.2019
George Cassio Tiosso Abbud	23.9, 2 e 3.11.2018	7 a 9.10.2019
Paulo Henrique Mendonca de Freitas	1º e 2.12.2018; e 12.1.2019	7 a 9.10.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3181/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo relacionados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências da comarca de Iguatemi, conforme quadro a seguir:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA
Oscar de Almeida Bessa Filho	4.9.2019
Gustavo Henrique Bertocco de Souza	5.9.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3182/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 68º Promotor de Justiça de Campo Grande, Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências dos Juizados Especiais da referida Comarca, conforme o quadro a seguir:

JUIZADO ESPECIAL	DATA
8ª Vara do Juizado Especial – Justiça Itinerante	5.9.2019
1ª Vara do Juizado Especial Central	12.9.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3183/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 61º Promotor de Justiça de Campo Grande, Silvio Amaral Nogueira de Lima, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Ribas do Rio Pardo, no dia 4.9.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3184/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, com a redação dada pela Portaria nº 1932/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que concedeu o 2º período de férias ao Promotor de Justiça Marcelo Ely, de forma que, onde consta: “1º a 10.10.2019”; passe a constar: “30.9 a 9.10.2019”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3185/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2778/2019-PGJ, de 5.8.2019, que concedeu à Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta: “4 (quatro) dias (...), realizada nos períodos de 4 a 11.6.2018 e 21 a 28.1.2019, e no dia 15.10.2018, a serem usufruídos nos dias 7, 8, 9 e 10.10.2019”; passe a constar: “3 (três) dias (...), realizada nos períodos de 4 a 11.6.2018 e 21 a 28.1.2019, a serem usufruídos nos dias 7, 8 e 9.10.2019”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3186/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti 18 (dezoito) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídos no período de 2 a 19.12.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3187/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídos no período de 14 a 23.10.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3188/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2135/2019-PGJ, de 16.6.2019, que concedeu ao Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia compensação por sua atuação perante a 1ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, em regime de mutirão, de forma que, onde consta: “a serem usufruídos nos dias 9 e 10.10.2019”; passe a constar: “a serem usufruídos nos dias 8 e 9.10.2019”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3189/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2130/2019-PGJ, de 19.6.2019, que concedeu ao Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib 4 (quatro) dias de férias remanescentes, que seriam usufruídos no período de 7 a 10.10.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3190/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Água Clara, Felipe Almeida Marques, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Ribas do Rio Pardo, no dia 4.9.2019, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça George Zarour Cezar.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3191/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Corumbá, Rodrigo Correa Amaro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, no período de 16.9.2019 a 31.1.2020, em razão de licença à gestante da titular Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3193/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Ribas do Rio Pardo, George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências na comarca de Nioaque, no dia 5.9.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3194/2019-PGJ, DE 2.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 18 a 25.2.2019, a serem usufruídos no período de 7 a 9.10.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3108/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Aplicar ao servidor Jean Hebert Moraes, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, área de atividade Motorista, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a pena de demissão, a bem do serviço público, nos termos dos artigos 231, inciso IV, 235, inciso III, e 236, *caput*, todos da Lei Estadual nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Processo PGJ/10/0934/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3212/2019-PGJ, DE 3.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gerson Estevam da Silva Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços junto à 57ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, designada para coadjuvar a 32ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 3137/2019-PGJ, DE 29.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA N° 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rafaela Rodrigues Francisco	2017/2018	16 a 25.7.2018	14 a 23.10.2019		11 a 20.10.2018

PORTARIA N° 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gláucia Gonzaga Vieira de Sá	2017/2018	1º a 10.7.2019	1º a 10.10.2019		7 a 16.1.2019
Mirtes Amin Fonseca Bernardes	2017/2018	1º a 10.7.2019	4 a 13.11.2019		7 a 16.1.2019
Poliana Carolina Marquesini	2017/2018	24.6 a 3.7.2019	14 a 23.10.2019		4 a 13.2.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lucas Sanches Tizzo	2018/2019	8 a 17.7.2019	1º a 10.10.2019		5 a 14.2.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Catarina Andrés Caram Guimarães	2017/2018	6 a 15.5.2019	16 a 25.10.2019		28.1 a 6.2.2019
Fernando da Silva Dellamura	2017/2018	1º a 10.10.2019	12 a 21.2.2020		15 a 24.3.2019

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Aline de Andrade Lara Moreira	2018/2019	8 a 17.4.2019	1º a 10.10.2019		6 a 15.5.2019
Camila Cavalcante Melo	2018/2019	22.4 a 1º.5.2019	5 a 14.11.2019		10 a 19.9.2019
Luís Augusto Degani de Oliveira Rodrigues	2018/2019	11 a 30.11.2019			1º a 10.4.2019

PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Christiane Naomi Hiratsuka	2016/2017	2 a 11.5.2019	11 a 20.9.2019		17 a 26.6.2019
Luana Frazão Amarante Messias Torres	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	4 a 13.11.2019		6 a 15.5.2019
Maria Luiza de Lima Ribeiro Marques	2017/2018	29.5 a 7.6.2019	14 a 28.8.2019	1º a 10.10.2019	

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Érika Maranhão de Castro	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	1º a 10.10.2019		3 a 12.6.2019
Márcia Corrêa Duarte Hoffmeister	2018/2019	10 a 19.7.2019	1º a 10.10.2019		5 a 14.6.2019
Otoni Sá Leal de Figueiredo	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	9 a 18.9.2019	20 a 29.11.2019	
Vanessa de Lima Campos	2017/2018	10 a 19.6.2019	4 a 23.9.2019		

PORTARIA Nº 1892/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cenir Teodoro Vieira	2018/2019	29.7 a 7.8.2019	18 a 27.11.2019		21 a 30.10.2019
Lenice Mie Joboji	2017/2018	23.9 a 12.10.2019			1º a 10.7.2019
Lucas Cavassa Batista	2018/2019	1º a 10.7.2019	2 a 11.9.2019		11 a 20.7.2019

PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Augusto Aparecido Ribeiro Colato	2017/2018	16.9 a 5.10.2019			2 a 11.9.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rafaela Rodrigues Francisco	2017/2018	16 a 25.7.2018	7 a 16.1.2020		11 a 20.10.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gláucia Gonzaga Vieira de Sá	2017/2018	1º a 10.7.2019	10 a 19.12.2019		7 a 16.1.2019
Mirtes Amin Fonseca Bernardes	2017/2018	1º a 10.7.2019	30.9 a 9.10.2019		7 a 16.1.2019
Poliana Carolina Marquesini	2017/2018	24.6 a 3.7.2019	16 a 25.9.2019		4 a 13.2.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lucas Sanches Tizzo	2018/2019	8 a 17.7.2019	30.9 a 9.10.2019		5 a 14.2.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Catarina Andrés Caram Guimarães	2017/2018	6 a 15.5.2019	30.10 a 8.11.2019		28.1 a 6.2.2019
Fernando da Silva Dellamura	2017/2018	30.9 a 9.10.2019	12 a 21.2.2020		15 a 24.3.2019

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Aline de Andrade Lara Moreira	2018/2019	8 a 17.4.2019	30.9 a 9.10.2019		6 a 15.5.2019
Camila Cavalcante Melo	2018/2019	22.4 a 1º.5.2019	13 a 22.9.2019		3 a 12.9.2019
Luís Augusto Degani de Oliveira Rodrigues	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	12 a 21.11.2019		1º a 10.4.2019

PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Christiane Naomi Hiratsuka	2016/2017	2 a 11.5.2019	9 a 18.9.2019		17 a 26.6.2019
Luana Frazão Amarante Messias Torres	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	4 a 13.5.2020		6 a 15.5.2019
Maria Luiza de Lima Ribeiro Marques	2017/2018	29.5 a 7.6.2019	14 a 28.8.2019	30.9 a 9.10.2019	

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Érika Maranhão de Castro	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	23.10 a 1º.11.2019		3 a 12.6.2019
Márcia Corrêa Duarte Hoffmeister	2018/2019	10 a 19.7.2019	30.9 a 9.10.2019		5 a 14.6.2019
Otoni Sá Leal de Figueiredo	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	14 a 23.10.2019	20 a 29.11.2019	
Vanessa de Lima Campos	2017/2018	10 a 19.6.2019	29.10 a 17.11.2019		

PORTARIA Nº 1892/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cenir Teodoro Vieira	2018/2019	29.7 a 7.8.2019	29.10 a 7.11.2019	6 a 15.4.2020	
Lenice Mie Joboji	2017/2018	20.9 a 9.10.2019			1º a 10.7.2019
Lucas Cavassa Batista	2018/2019	1º a 10.7.2019	10 a 19.12.2019		11 a 20.7.2019

PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Augusto Aparecido Ribeiro Colato	2017/2018	18 a 27.9.2019	7 a 16.1.2020		2 a 11.9.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3138/2019-PGJ, DE 29.8.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Guilherme de Oliveira Vicente, por meio da Portaria nº 2460/2019-PGJ, de 9.7.2019, que seriam usufruídas no período de 19.8 a 7.9.2019, a serem usufruídas no período de 29.11 a 18.12.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3139/2019-PGJ, DE 29.8.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1307/2019-PGJ, de 12.4.2019, com a redação dada pela Portaria nº 1887/2019-PGJ, de 30.5.2019, na parte que concedeu férias à servidora Thaís Noll Marques Perciany, de forma que, onde consta: “de 23 a 27.9.2019”, passe a constar: “de 30.9 a 4.10.2019”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3140/2019-PGJ, DE 29.8.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender, nos dias 29 e 30.7.2019, as férias concedidas à servidora Maria de Lourdes Ferreira de Paula, por meio da Portaria nº 1892/2019-PGJ, de 31.5.2019, a serem usufruídas nos dias 4 e 5.8.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3157/2019-PGJ, DE 30.8.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Edmilson Dutra Nogueira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 25.8 a 23.9.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3158/2019-PGJ, DE 30.8.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Sandra de Campos, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 14 a 28.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3159/2019-PGJ, DE 30.8.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Fernanda Rocha Gonçalves, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 19 a 25.8.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3160/2019-PGJ, DE 30.8.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Fernanda Meira Guerra Birolini, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 20.8.2019, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 995/2014-PGJ, de 25.6.2014, que concedeu à referida servidora o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 3161/2019-PGJ, DE 30.8.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Joana Maria Diedrich, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 30.8.2019, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 3162/2019-PGJ, DE 30.8.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Marina Nery Alves, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu genitor, a partir de 20.8.2019, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CONSELHO SUPERIOR**AVISO N° 33/2019/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte Notícia de Fato:

1 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

Notícia de Fato nº 01.2019.00006997-5 - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca da comarca de Dourados - Requerente: Brígido Ibanhes - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual violação de direito dos estudantes na suposta retirada de exemplar de obra literária das estantes das escolas públicas de Dourados.

Campo Grande, 3 de setembro de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2019.

7. Ordem do dia:

7.1. Matéria Administrativa:

7.1.1. Julgamento de Processo:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00002706-3

Assunto: Vitaliciamento dos Promotores de Justiça Adriano Barrozo da Silva, Anthony Állison Brandão Santos, Fábio Adalberto Cardoso de Moraes, Felipe Almeida Marques, Gilberto Carlos Altheman Júnior, Gustavo Henrique Bertocco de Souza, Juliana Pellegrino Vieira, Mariana Sleiman Gomes, Mateus Sleiman Castriani Quirino, Michel Maesano Mancuelho e Paulo Henrique Mendonça de Freitas.

Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, decidiu pelo vitaliciamento dos Promotores de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza e Mariana Sleiman Gomes e, com relação aos demais membros, ora referendados, que até o momento ainda não preencheram os dois anos de efetivo exercício no cargo, o Conselho decidiu, à unanimidade, pela suspensão do presente procedimento, até o cumprimento do respectivo lapso temporal, bem como pela expedição de ofício à Corregedoria-Geral do Ministério Público para que encaminhe Relatório Circunstanciado Final do Estágio Probatório – Concurso XXVII atualizado, para novas deliberações deste Colendo Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do voto do Relator.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000389-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Convite nº 003/2010 Processo

Administrativo nº 005/2010 - promovido pela Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTA IRREGULARIDADE EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - NÃO CONSTATAÇÃO - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, eis que, sobretudo com base no Parecer Técnico elaborado pelo DAEX, não foram constatadas irregularidades no procedimento licitatório sob investigação, não remanescendo motivos para a continuidade da intervenção ministerial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000410-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Tomada de Preços nº 003/2010 (Processo Administrativo nº 040/2010), promovida pela Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE - PROFUSÃO APURATÓRIA - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSEGUIMENTO DO FEITO. Promoção de arquivamento homologada, pois a representação anônima que deu origem ao feito não detém elementos mínimos quanto à autoria e materialidade de prática de improbidade administrativa, evidenciando a falta de justa causa para a manutenção das investigações.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000812-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano causado ao meio ambiente em razão da atividade de carvoejamento sem licença para tal, no sítio Nova Esperança, Lote nº 06, na cidade de Paranhos.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE SETE QUEDAS – MEIO-AMBIENTE - FUNCIONAMENTO DE UM FORNO DE CARVOEJAMENTO SEM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL - ATIVIDADE EMBARGADA - BAIXO IMPACTO AMBIENTAL - MEDIDAS TOMADAS NA ESFERA ADMINISTRATIVA E CRIMINAL - PROVIDÊNCIAS SUFICIENTES - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 3 DO CSMP - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, pois a atividade desempenhada (operação de 1 forno de carvoejamento) ocasionou dano ambiental de baixo potencial ofensivo e era destinada à garantia de subsistência do Requerido, que arca com as consequências administrativas e criminais de seu ato, circunstâncias que atraem, portanto, a incidência do Enunciado nº 3/2013 deste Colegiado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000197-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Lierson Alves e Lenine Alves Filho

Assunto: Apurar eventual dano ambiental nas Fazendas Pindorama e Pindorama II, localizadas no município de Paranaíba, oriundo de procedimento de Inquérito Civil n. 014-S/2011-PJMA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PARANAÍBA – MEIO- AMBIENTE - SUPOSTO DANO AMBIENTAL NAS FAZENDAS PINDORAMA E PINDORAMA II - INSCRIÇÃO DAS PROPRIEDADES NO CARMS - EXECUÇÃO DE PRADE - ADEQUAÇÃO DA CONDUTA NO CURSO DO PROCEDIMENTO - INTERVENÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES. Promoção de arquivamento homologada, considerando que, após a intervenção do Órgão de Execução de origem, os Requeridos adotaram medidas aptas à regularização jurídico-ambiental das propriedades rurais sob análise, havendo a inscrição dos imóveis no CARMS e a execução de PRADE em suas extensões, cujas medidas ali contidas foram aptas para a contenção de erosões e recuperação de área de preservação permanente.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00002394-8

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso

Assunto: Fiscalizar se há a efetiva disponibilização de medicamentos da lista RENAME na Farmácia Central do Município de Rio Verde de Mato Grosso.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO - INSUFICIÊNCIA NA DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS - INTERVENÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - ADEQUAÇÃO DA CONDUTA NO CURSO DO PROCEDIMENTO - MEDIDAS TOMADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL. Promoção de arquivamento homologada, considerando que, após a intervenção do Ministério Público, a Prefeitura de Rio Verde de Mato Grosso adotou medidas para regularizar o fornecimento de medicamentos aos cidadãos rioverdensenses.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003109-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na conservação dos bens públicos do Município de Angélica/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANGÉLICA - INADEQUAÇÕES NA CONSERVAÇÃO DE BENS PÚBLICOS VEROSSIMILHANÇA DA REPRESENTAÇÃO - TOMADA DE MEDIDAS POR PARTE DO PODER PÚBLICO PARA ADEQUAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES - INTERVENÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista que, após a intervenção do Ministério Público, a Prefeitura de Angélica adotou uma postura ativa para adequar as estruturas dos prédios públicos sob investigação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003228-4**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que o Município de Naviraí estaria interrompendo a prestação de serviços médicos nas unidades de saúde da família, em razão da inexistência de um sistema de substituição de médicos em período de férias e/ou licenças.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVIRAÍ/MS – INTERRUÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NO MUNICÍPIO – FALTA DE PROFISSIONAIS REALIZANDO ATENDIMENTO EM UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – OITIVAS DOS GESTORES MUNICIPAIS DE SAÚDE – IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS ATENUANTES – RECEPÇÃO DE PROFISSIONAIS POR INTERMÉDIO DE POLÍTICA PÚBLICA DO GOVERNO FEDERAL – PROGRAMA “MAIS MÉDICOS” – SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para fins de apurar a falta de atendimento médico constatada em unidade de saúde da família no município de Naviraí, fato passível de revelar, em tese, possível indicativo de falhas na política pública de atendimento à saúde. Contudo, após a realização de diligências, restou evidenciado que a gestão municipal adotou, dentro de suas possibilidades, medidas atenuantes em relação aos problemas enfrentados, bem como o município foi prestigiado pela cessão de profissionais oriundos do programa “Mais Médicos” do Governo Federal, inexistindo fatos a serem apurados no âmbito da improbidade administrativa. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002028-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar o implemento do plano o municipal de saneamento básico municipal e elaboração e construção da rede de tratamento de esgoto.

EMENTA – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SETE QUEDAS/MS – APURAR A AUSÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE SETE QUEDAS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO, A SANESUL E A FUNASA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO IMPLEMENTO PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ENTENDIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 174/2017 – ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Observou-se no decorrer da instrução que as irregularidades concernentes ao esgotamento sanitário foram adotadas no município de Sete Quedas, com a efetivação de convênios com a SANESUL e a FUNASA, remanescendo ainda a implementação de todos os estágios da Estação de Tratamento de Esgoto naquela urbe. Desse modo, o representante ministerial instaurou o Procedimento Administrativo, por ser o instrumento próprio da atividade-fim do Ministério Público destinado, dentre outros objetivos, a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, "políticas públicas" ou instituições, nos termos do inciso II, do artigo 8º, da Resolução nº 174/2017/CNMP, para acompanhar e fiscalizar a adoção da medida faltante, razão pela qual torna-se imperioso o arquivamento do feito em epígrafe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000640-2**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: AGETRA

Assunto: Apurar eventual falta de fiscalização nos pontos de embarque e desembarque de transporte coletivo, o que em tese estaria prejudicando a qualidade e segurança dos seus usuários.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - 25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR EVENTUAL FALTA DE FISCALIZAÇÃO NOS PONTOS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE DE TRANSPORTE COLETIVO, O QUE EM TESE ESTARIA PREJUDICANDO A QUALIDADE E SEGURANÇA DOS SEUS USUÁRIOS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO

MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, tendo em vista a AGETRAV comprovou que vem cumprindo com seu papel de fiscalizar e de punir as infrações constatadas, conforme o relatório acostado às fls. 29/30.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000826-6

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual violação de direitos de criança com autismo pelo Rádio Clube de Campo Grande.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - 67ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR EVENTUAL VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE CRIANÇA COM AUTISMO PELO RÁDIO CLUBE DE CAMPO GRANDE - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - DIVULGAÇÃO DO MATERIAL DISPONIBILIZADO PELO PRO D TEA (PAIS E RESPONSÁVEIS ORGANIZADOS PELOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISMO) - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, eis que, após diligências preliminares, o órgão de execução de origem promoveu medidas aptas a promover a igualdade e o respeito à diversidade, oportunidade em que o Rádio Clube divulgou o material disponibilizado pelo PRO D TEA (Pais e Responsáveis Organizados pelos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autismo) sobre autismo, através de banners, publicações na rede social “Facebook” correlacionadas com o material encaminhado, a fim de disseminar informações sobre autismo à população e aos seus associados.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000906-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente no descumprimento de determinação judicial dos autos nº 0064609-33.2010.8.12.0001 por parte do Município de Campo Grande e AGESUL ao não realizarem os empreendimentos necessários para efetuar o desvio das águas fluviais dos Bairros Moreninhas do Córrego Gameleiras, implantando o sistema de drenagem necessário para o escoamento das águas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE NO DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL DOS AUTOS Nº0064609-33.2010.8.12.0001 POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE E AGESUL AO NÃO REALIZAREM OS EMPREENDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA EFETUAR O DESVIO DAS ÁGUAS FLUVIAIS DOS BAIRROS MORENINHAS DO CÓRREGO GAMELEIRAS - AUSÊNCIA DE DOLO - ATO DE IMPROBIDADE NÃO CONFIGURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento deve ser homologada, uma vez que as diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para entender que, em que pese o cumprimento de sentença ainda não ter alcançado seu desiderato, durante toda a tramitação da referida ação, os requeridos se manifestaram quando devidamente intimados, mesmo que sem o definitivo cumprimento de suas obrigações, mas apresentando justificativas plausíveis, afastando-se, portanto, a suposta postura omissiva apta a ensejar a prática de ato de improbidade administrativa.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001525-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Itaporã e outro

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de “banda (musical) de axé” pela Municipalidade de Itaporã/MS, em face de seu elevado valor, bem como possível fraude na origem do grupo musical.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL ACIMA DO VALOR DE MERCADO - AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO – IRREGULARIDADE NÃO COMPROVADA - HIPÓTESE PREVISTA NO ART. 24, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93 - CONTRATO COM VALOR MUITO

ABAIXO DO NOTICIADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, conforme informações prestadas pela Prefeitura de Itaporã, não se comprovou a ocorrência de irregularidades no tocante a contratação da banda musical “Levada Sacana”, visto que os valores dos serviços prestados dispensam a necessidade de licitação, com base no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Ademais, houve Processo Administrativo com todos os documentos pertinentes, demonstrando a sua regularidade e ausência de dano ao erário. Desse modo, ante a não comprovação das irregularidades noticiadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002294-9

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Odila Santiago Andrades e outro

Assunto: Apurar a ausência de conexão com a rede pública de água e de coleta e tratamento de esgoto, verificada, em tese, no imóvel situado à rua dos Médicos nº 101, bairro Tiradentes, CEP 79043-026, nesta Capital (MS), com inscrição imobiliária de nº 06650040200 e certidão de matrícula de nº 135.003, cujas proprietárias são as pessoas de Odila Santiago Andrades e Maria Otilha Santiago de Almeida.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AUSÊNCIA DE LICENÇA PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TACs DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 – TACs HOMOLOGADOS – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que os Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) encontram-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologados. De outro norte, verificase que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente inquérito civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001251-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Washington Luiz Preter Angelis

Assunto: Apurar o desmatamento de aproximadamente 2,83 (dois hectares, oitenta e três ares) de vegetação sem autorização do órgão competente, realizado na Fazenda Andorinha, de propriedade de Washington Luiz Preter Angelis, localizada no Município de São Gabriel do Oeste.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO ART. 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 – TAC HOMOLOGADO - CUMPRIMENTO DO COMPROMISSO - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, tendo sido entregue o computador e a impressora fixados a título de indenização, inexistindo outras medidas reparatórias pendentes, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000112-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar dano ao meio ambiente decorrente de o município de Sete Quedas não ter providenciado local adequado para disposição final de resíduos provenientes de fosse séptica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – DESCARTE DE RESÍDUOS SANITÁRIOS EM LOCAL INAPROPRIADO – ATUAÇÃO IRREGULAR DE EMPRESA PARTICULAR AUTORIZADA PELA

MUNICIPALIDADE – TAC FIRMADO COM O ALCAIDE PARA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS DANOS CAUSADOS – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTROLE – SUBSISTÊNCIA DE CENÁRIO MOVEDIÇO DE RISCO – ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA EM FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO PARCIAL – MULTIPLICIDADE DE INVESTIGADOS – CONTINUAÇÃO DO FEITO PARA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DO POLUIDOR DIRETO. Sobrevindo a celebração de TAC com um dos responsáveis pela causação do dano ambiental objeto da investigação, bem como a deflagração de expediente específico para acompanhar o adimplemento da avença, exsurge imponente o convencimento da perda superveniente do interesse de agir do Parquet para a tutela coletiva de conhecimento em relação ao compromissário, de modo que, subsistindo a necessidade de responsabilização do poluidor direto, acolhe-se a promoção de arquivamento em parte, com a ressalva da manutenção do feito para a apuração da conduta ilícita remanescente.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002868-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Anônimo

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades em certificados apresentados pelos candidatos na prova de títulos do concurso do município de Brasilândia-MS, executado pela Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – FAPEC, comissão de Concurso Público, designada através do Decreto nº 4.608, publicado em 28 de novembro de 2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – CONCURSO PÚBLICO – PROVA DE TÍTULOS – FALSIFICAÇÃO DE CERTIFICADOS DE CURSOS – DENÚNCIA ANÔNIMA DESPROVIDA DE SUPORTE PROBATÓRIO MÍNIMO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Falta justa causa para a atuação funcional do *Parquet* se, esgotadas todas as diligências, não remanesceu sobressalente a ocorrência de qualquer das irregularidades anonimamente conjecturadas em relação aos certificados de titulação supostamente falsos apresentados na etapa de avaliação curricular do concurso público investigado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002635-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos controles de frequência de todos os servidores públicos municipais de Campo Grande/MS, consistente no indevido registro "britânico" das jornadas de trabalho, eis que a marcação é realizada de forma fixa, ou seja, todos os dias a jornada se inicia e finda-se no mesmo minuto e segundo, sem variações, repetindo-se tão-somente o horário de trabalho determinado ao servidor.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – ASSIDUIDADE FUNCIONAL – SISTEMA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA MANUAL – ANOTAÇÃO “BRITÂNICA” – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE REGISTRO PRESENCIAL POR BIOMETRIA – FALTA DE JUSTA CAUSA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a Municipalidade adotou todas as providências necessárias para a implantação de mecanismo eletrônico deveras mais eficaz à fiscalização da jornada laborativa de seus funcionários, sem que tenha remanescido sobressalente qualquer indicativo de que os servidores municipais estavam descumprindo a carga horária regulamentar pelo simples fato de sua frequência diária ser anotada manualmente em folha de ponto convencional, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003540-4 – SIGILOS

28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, converteu o julgamento em diligência e determinou o retorno dos autos a Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000939-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luis Peres Stravis (Fazenda Recreio - atualmente Estância Marina)

Assunto: Apurar possível desmatamento de 7,60 hectares, ocorrido entre 30/11/2013 e 17/11/2014, na Fazenda Recreio, de propriedade de Luis Peres Stravis, localizada em Jardim/MS, sem licença ambiental do órgão competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – ALTERAÇÕES FLORESTAIS CONSTATADAS VIA SATÉLITE DE SENSORIAMENTO REMOTO – SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA LOCALIZADA FORA DA RESERVA LEGAL SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE – TAC FIRMADO – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS DANOS – INSCRIÇÃO DO IMÓVEL NO CAR/MS – DEGRADAÇÃO TRANSITÓRIA QUE NÃO IMPORTA EM PREJUÍZO ECOLÓGICO – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO PARQUET DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Conclui-se pelo perecimento superveniente do interesse de agir para a tutela coletiva se, ausente qualquer indício de degradação nas áreas de preservação permanente e reserva legal da propriedade rural investigada, sobreveio, em cumprimento ao TAC firmado, a inscrição do imóvel no CAR/MS e a compensação financeira do desmate irregular noticiado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000773-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gustavo Persico de Toledo Campos

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente do depósito de entulhos de construção civil à margem de área de preservação permanente.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS - DEPÓSITO IRREGULAR DE ENTULHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL - INEXISTÊNCIA DE DANO AMBIENTAL EMINENTE - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE REGULAR, PROTEGIDA E PRESERVADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. É de rigor o arquivamento de Procedimento Preparatório instaurado com o fim de apurar eventual dano ambiental decorrente de depósito irregular de entulhos de construção civil, quando diligências adotadas pelo órgão ministerial são esclarecedoras quanto à inexistência de dano ambiental iminente, e em relação à regularidade da área investigada, a qual se encontra protegida e preservada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001116-7

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade na nomeação de cargos comissionados para o exercício da função de coordenadores do CRAS do Município de Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DOURADOS - APURAÇÃO DE NOMEAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS COMISSIONADOS NO ÂMBITO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) - REGULARIZAÇÃO - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - APLICAÇÃO DO ART. 39, CAPUT E §2º DA RESOLUÇÃO N. 15/2007/PGJ - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO N. 09/2016/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. É de rigor o arquivamento de Inquérito Civil instaurado com o objetivo de apurar a legalidade da nomeação de pessoal para o exercício da função de coordenador do CRAS, no bojo do qual, após a formalização de Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização do quadro de servidores, resta ao *Parquet* apenas fiscalizar o cumprimento das cláusulas entabuladas através de Procedimento Administrativo.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003356-1**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Bandeirantes/MS, Câmara Municipal de Bandeirantes/MS e SAAE de Bandeirantes/MS

Assunto: Apurar suposta infringência ao artigo 37, II, da Constituição Federal, pelo Município de Bandeirantes/MS, pela Câmara Municipal de Bandeirantes/MS e pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bandeirantes - SAAE/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTA INFRINGÊNCIA AO ARTIGO 37, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PELO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES/MS, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES/MS E PELO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BANDEIRANTES - SAAE/MS. EXISTÊNCIA DE OUTROS PROCEDIMENTOS INSTAURADOS NA PROMOTORIA COM O MESMO OBJETO INVESTIGADO NO PRESENTE FEITO. MELHOR ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o Inquérito Civil nº 06.2017.00001031-0 e o Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003018-2 abrangem o objeto relacionado à suposta infringência ao artigo 37, II, da Constituição Federal, pelo Município de Bandeirantes, bem como o Inquérito Civil nº 06.2019.00000799-0 abrange o objeto relacionado à suposta infringência ao artigo 37, II, da Constituição Federal, pela Câmara Municipal de Bandeirantes. Assim, para fins de melhor organização e sistematização das investigações pela Promotoria de Justiça de origem, não se vislumbra óbice ao arquivamento parcial do presente feito, devendo ser transladado os elementos probatórios do presente feito para os Inquéritos Cíveis nº 06.2017.00001031-0 e nº 06.2019.00000799-0, permanecendo a investigação com relação à suposta infringência ao artigo 37, II, da Constituição Federal, pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bandeirantes SAAE. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento parcial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000595-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Regularizar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural denominada "Fazenda Remanso".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. REGULARIZAR A SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA "FAZENDA REMANSO". ÁREA DE RESERVA LEGAL DENTRO DOS 20% EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE. DANO AMBIENTAL NÃO CONSTATADO. INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CAR/MS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se do Parecer Técnico apresentado pelo CAOMA que a Área de Reserva Legal irregularmente ocupada na propriedade investigada reduziu para 2,5418 ha. Nesse sentido, considerando que a Área de Reserva Legal exigida no CAR/MS nº 2271 é de 208,1506 ha e a Área de Reserva Legal existente na propriedade é de 217,1606 ha, subtraindo-se a área irregularmente ocupada de 2,5418 ha, ainda assim a Área de Reserva Legal da Fazenda Remanso está dentro dos 20% exigidos pela legislação ambiental vigente, porquanto resulta em uma Área de Reserva Legal de 214,6188 ha. Assim, não tendo sido constatado qualquer dano ambiental no local investigado, bem como tendo o proprietário da Fazenda Remanso apresentado cópia da inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR, não se vislumbra óbice ao arquivamento do feito, conforme preceitua o Enunciado 10 deste Conselho Superior. Portanto, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 03 de setembro de 2019

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 0021/2019/CGMP/MS**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, **cujos procedimentos correccionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:**

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
1ª PJ Bataguassu
2ª PJ Bataguassu
1ª PJ Caarapó
2ª PJ Caarapó
1ª PJ Ivinhema
2ª PJ Ivinhema
1ª PJ Corumbá
2ª PJ Corumbá
3ª PJ Corumbá
4ª PJ Corumbá
5ª PJ Corumbá
6ª PJ Corumbá
7ª PJ Corumbá
1ª PJ Miranda
2ª PJ Miranda

O procedimento correccional terá início após o transcurso do prazo legal, observada a possibilidade da realização de diligências, que poderão ser determinadas à Assessoria Especial no bojo do procedimento digital, por via remota (SAJ-MP ou SAJ-TJ) ou *in loco*.

A data da visita pessoal do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça correccionada, para conclusão dos trabalhos, será informada em aviso próprio a ser publicado no DOMP.

Campo Grande, 3 de setembro de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

AVISO N. 0022/2019/CGMP/MS

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que o **Corregedor-Geral do Ministério Público** realizará **visita correcional** nas Promotorias de Justiça conforme abaixo:

DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
16.9.2019	PJ Terenos
23.9.2019	PJ Bandeirantes

Campo Grande, 3 de setembro de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS**AVISO Nº 005/2019-GED****XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, torna pública a relação dos candidatos que manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7, X do Edital nº 001/2019 de 12 de abril de 2019, publicado no DOMP nº 1949, de 15 de abril de 2019.

1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREITO GRADUAÇÃO – VESPERTINO

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
SAMUEL DA SILVA E SILVA	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)
VINICIUS PEDRO TELO	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)

1.2 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREITO GRADUAÇÃO – MATUTINO
CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM NEGROS

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
ÁDRYSON SOARES	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)
LEONARDO RAMOS NASCIMENTO SANTOS	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)

**1.3 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREITO – PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
DANIELLE FERREIRA SANTOS	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)
LUIZ JEHA PECCI DE OLIVEIRA	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)
DANIELE ROTELA DE JESUS VICTOR	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)

**1.4 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREITO – PÓS-GRADUAÇÃO
CANDIDATOS QUE SE DECLARARAM NEGROS**

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
VITÓRIA DAVALOS DE SOUZA	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)
LUCAS MATHEUS DELMONDES VALDES	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)

**1.4 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREITO – PÓS-GRADUAÇÃO
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
BRENDA DE PAULA PIRES	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)

**1.5 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE NIOAQUE
DIREITO – PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
HEMILLY THALIA FERREIRADA SILVA	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)

**1.6 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE NOVA ANDRADINA
DIREITO – PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
LUCAS GABRIEL DE OLIVEIRA MARQUES	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)

**1.7 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE
DIREITO – PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
NATHALIA SANTOS RIBEIRO	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)

**1.8 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE TRÊS LAGOAS
DIREITO – GRADUAÇÃO – MATUTINO**

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
BEATRIZ MONCINHATTO PELISSON	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)

DIREITO –GRADUAÇÃO – VESPERTINO

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
GABRIELA DOS ANJOS TORQUATO DA SILVA	Aviso nº 002/2019-GED (DOMP nº 2034 de 21/08/2019)

Campo Grande, 03 de setembro de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 006/2019-GED

XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, torna pública a relação dos candidatos aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul que manifestaram a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estágio.

**1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CORUMBÁ
DIREITO GRADUAÇÃO – VESPERTINO**

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
BRUNO VICTOR DE ARRUDA PINHEIRO	Aviso nº 111/2019-GED (DOMP nº 2020 de 1º/08/2019)

Campo Grande, 03 de setembro de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 007/2019-GED**XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionados, vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados nos Avisos correspondentes.

**1.1 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREITO GRADUAÇÃO – MATUTINO**

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
ANDRE LUIS RODRIGUES DE LIMA	Aviso nº 111/2019-GED (DOMP nº 2020 de 1º/08/2019)
WILLIAN WALLACE DE SOUSA BISPO	Aviso nº 111/2019-GED (DOMP nº 2020 de 1º/08/2019)
NICOLAS DEIDI HIGASHI TAKEUCHI	Aviso nº 111/2019-GED (DOMP nº 2020 de 1º/08/2019)
RAFAELLA PEREIRA DE SOUSA	Aviso nº 111/2019-GED (DOMP nº 2020 de 1º/08/2019)
KAMILLA YOSHIDA QUEIROZ	Aviso nº 111/2019-GED (DOMP nº 2020 de 1º/08/2019)

**1.2 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREITO GRADUAÇÃO – VESPERTINO**

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
ALINE BATISTA GOMES	Aviso nº 111/2019-GED (DOMP nº 2020 de 1º/08/2019)
ISABELE CARDOSO DINIZ	Aviso nº 111/2019-GED (DOMP nº 2020 de 1º/08/2019)

**1.3 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE
DIREITO PÓS-GRADUAÇÃO**

CANDIDATO	CONVOCAÇÃO
MAURO LEIBIR MACHADO BORGES NETO	Aviso nº 111/2019-GED (DOMP nº 2020 de 1º/08/2019)

Campo Grande, 03 de setembro de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 18/PGJ/2019 (Processo PGJ/10/1399/2019).

Objeto: Aquisição de material de som, áudio e vídeo (switcher, headphone, microfone, câmera de vídeo, iluminador, cabos SDI, cartão de memória, impressora térmica de etiqueta, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedoras/Preços: R & R Equipamentos Eletrônicos Eireli para os itens 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, no valor total de R\$186.500,00; e Innfo Master Segurança da Informação e Comércio Eireli para os itens 3, 10 e 11, no valor total de R\$12.000,00.

Não foi adquirido o item 12.

Justificativa: Adjudicação e homologação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 3 de setembro de 2019.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**AVISO Nº 001/2019-SGP****XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, por intermédio da sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, CONVOCA os candidatos aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados abaixo, munidos dos documentos relacionados no Capítulo X do Edital nº 001/2019-XXIIPSE-MPMS, de 12 de abril de 2019, publicado no DOMP nº 1949, de 15 de abril de 2019, e especificados ao final deste Aviso.

1. COMARCA DE ANASTÁCIO

Local: Sede da Promotoria de Justiça de Anastácio, situada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Fernando César Amêndola Ocampos	10.9.2019	14h

2. COMARCA DE BONITO

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Bonito, situada na Rua Lúcia Borralho, Vila Donária, Bonito - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Diego Carvalho de Oliveira	10.9.2019	14h

3. COMARCA DE BRASILÂNDIA

Local: Sede da Promotoria de Justiça de Brasilândia, situada na Rua Raimundo Assis de Alencar, 1075, Centro, Brasilândia - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Camilly Maria Uchôa de Oliveira	10.9.2019	14h

4. COMARCA DE COSTA RICA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Costa Rica, situada na Rua Domingos Augusto Coelho, 204, Santos Dumont, Costa Rica - MS.

ADMINISTRAÇÃO - NÍVEL GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Margareth Bordignon de Sousa	10.9.2019	14h

5. COMARCA DE COXIM

Local: Sede da Promotoria de Justiça de Coxim, situada na Avenida Márcio Lima Nantes, 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Estevão Schio Rondora	10.9.2019	14h

6. COMARCA DE IGUATEMI

Local: Sede da Promotoria de Justiça de Iguatemi, situada na Avenida Waloszek Konrad, 1276, Centro, Iguatemi - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Gelson Vinicius Volgel Almeida Pinto	10.9.2019	14h

7. COMARCA DE PARANAÍBA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Paranaíba, situada na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica, Paranaíba - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Camila Silva Pereira	10.9.2019	14h

8. COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO

Local: Sede da Promotoria de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso, situada na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 180, Nhecolândia, Rio Verde de Mato Grosso - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Isis Araujo da Silva Marques	10.9.2019	14h

9. COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Local: Sede das Promotorias de Justiça de São Gabriel do Oeste, situada na Avenida Mato Grosso do Sul, 1745, Centro, São Gabriel do Oeste - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Raine Amanda de Assis Silva	10.9.2019	14h

10. COMARCA DE TRÊS LAGOAS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Três Lagoas, situada na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas - MS.

ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Rafael Yudi Watanabe	10.9.2019	14h
2º	Pedro Gabriel Pereira Dias	10.9.2019	14h
3º	Victor Guilherme de Oliveira Barreto	10.9.2019	14h
4º	Marcos Antônio Sevilha dos Santos	10.9.2019	14h
5º	Cássio Martins da Silva	10.9.2019	14h
6º	Matheus Bernardine de Melo	10.9.2019	14h

11. COMARCA DE CAMPO GRANDE

Local: Secretaria de Gestão de Pessoas, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande – MS.

ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO

Turno: Matutino

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Leonardo Cicero dos Santos da Silva	10.9.2019	10h

ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Danillo Raniery Gomes de Carvalho	10.9.2019	14h
2º	Aline Terra Puorro Sottoriva	10.9.2019	14h

ENGENHARIA CIVIL – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Thiago Costa Godoi	10.9.2019	14h30
2º	Victor Hugo Pinto de Souza	10.9.2019	14h30
3º	Gabriela Vieira de Araujo	10.9.2019	14h30

SERVIÇO SOCIAL – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	DATA	HORÁRIO
1º	Danizele do Espírito Santo da Silva	10.9.2019	15h
2º	Raynne Ferreira Santos	10.9.2019	15h
3º	Amanda Monteiro Gomes da Silva	10.9.2019	15h

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

- 1) Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- 2) 2 (duas) fotografias, 3x4 recentes e coloridas;
- 3) Comprovante de tipagem sanguínea;
- 4) Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- 5) Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
- 6) Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPMS – [link](#) Estagiários);
- 7) Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A;
- 8) Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político;
- 9) Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42, de 16.6.2009;
- 10) Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, constando obrigatoriamente as seguintes informações, conforme o caso (não serão aceitos documentos que não contenham todas as informações especificadas):

I - curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas: datas de início e término do curso e carga horária total;

II - curso de graduação: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e a data prevista para conclusão do curso;

III - ensino médio: ano letivo, turno, semestre e data prevista para conclusão desse nível de ensino.

11) Diploma em curso de nível superior/graduação (documento específico para estagiários do nível de pós-graduação).

Cumpre observar que, diante de previsão expressa no Edital nº 001/2019-XXIIPSE-MPMS, no Capítulo “X – Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no aviso de convocação, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O e-mail para o qual a manifestação deverá ser enviada é estagiariosadm@mpms.mp.br.

Campo Grande, MS, 2 de setembro de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 2/2019/67ªPJCG

A 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos de Campo Grande torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001151-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Município de Campo Grande e Câmara Municipal de Campo Grande.

Assunto: apurar a existência de possível juízo ou tribunal de exceção em sindicâncias e processos administrativos disciplinares no âmbito dos seguintes órgãos: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Ministério Público Estadual, Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Poder Executivo Municipal de Campo Grande (MS) e Câmara Municipal de Campo Grande (MS).

Campo Grande, 19 de agosto de 2019.

EDUARDO FRANCO CÂNDIA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0041/2019/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 – Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002522-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: D. de J. S. G. e P. K.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa de P. K. e D. de J. S. decorrente do recebimento de proventos desta última como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa sem comparecimento ao trabalho.

Campo Grande/MS, 28 de agosto de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0042/2019/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 – Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002476-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto desvio dos valores destinados à construção de pistas de treinamento de aulas práticas e na aquisição de simuladores de direção, no ano de 2015, feitos por intermédio do Sindicato das Autoescolas de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande/MS, 28 de agosto de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0043/2019/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001071-7

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na gestão da empresa SANESUL, consistente no gasto substancial para contratação de empresa privada visando a elaboração de projeto de planos de cargos e carreiras dos empregados da companhia, mas que acabou não sendo implementado, com possível dano ao Erário Estadual.

Campo Grande/MS, 28 de agosto de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0044/2019/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001018-3

Requerente: SIGILOSO

Requerido: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO

Campo Grande/MS, 28 de agosto de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0045/2019/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000774-5

Requerente: SIGILOSO

Requerido: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO

Campo Grande/MS, 28 de agosto de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0046/2019/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 – Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002526-1

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: L. B. H

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa de L. B. H. decorrente do recebimento de proventos como assessor parlamentar na Assembleia Legislativa sem cumprir integralmente sua jornada de trabalho.

Campo Grande/MS, 28 de agosto de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0029/2019/02PJ/CBA

Inquérito Civil nº 06.2019.00000990-0.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2019.00000990-0 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Honor Affonso de Almeida Filho

IV - DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA QUARTA: O Compromissário obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “*Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora I*” (Matrícula nº 14.772), sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente.

Parágrafo Primeiro: Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário.

Parágrafo Segundo: O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por cada árvore suprimida ou hectare desmatado sem autorização ou excedente, salvo em caso de força maior, devidamente comprovada.

CLÁUSULA QUINTA: Obriga-se o Compromissário a retificar a área de reserva legal do imóvel rural “*Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora I*” (Matrícula nº 14.772) aumentando 13,55 hectares, no prazo de 90 (noventa) dias, retificando-se, por consequência, eventual CARMS já apresentado junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL.

CLÁUSULA SEXTA: O Compromissário, por conseguinte, deixa de restaurar a área de 13,55 hectares de vegetação nativa de Mata Atlântica, por meio do plantio de espécies nativas (enriquecimento) conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas, porquanto a propriedade se encontra totalmente inserida no Bioma Mata Atlântica, sendo que a área acrescida prevista na *Cláusula Quinta* se trata de vegetação nativa primária, e as providências de isolamento e prevenção dos fatores de degradação (a presença de semoventes, ocorrência de fogo, invasão por espécies exóticas, erosão e desmatamento), serão realizadas quando da aprovação do CAR junto ao IMASUL.

Parágrafo Único: O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso, salvo em caso de força maior, devidamente comprovada.

CLÁUSULA SÉTIMA: Considerando a alteração adversa no Bioma da Mata Atlântica, em desacordo com a Lei Federal nº 11.428/2016 (Lei da Mata Atlântica), sem autorização ambiental, realizada junto ao imóvel rural “*Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora I*”, ora descrita no Parecer nº 344/17/Nugeo e documentos que o seguem, consubstanciada na supressão 13,55 hectares, obriga-se o Compromissário, a título de compensação pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em favor do Conselho de Segurança de Corumbá e Ladário – CONSECOL, mediante transferência bancária (*Banco Bradesco nº 237, Agência nº 0188, Conta Corrente nº 62.412-8, CNPJ nº 16.729769/0001-85*), quantia que poderá ser parcelada em até 10 (dez) vezes iguais no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com o primeiro pagamento para os 30 (trinta) dias seguintes a contar da assinatura do TAC.

Parágrafo Único: O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, salvo em caso de força maior, devidamente comprovada.

CLÁUSULA OITAVA: Neste ato o Compromissário obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias, a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta.

Parágrafo Único: O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso, salvo em caso de força maior, devidamente comprovada.

02 de setembro de 2019.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

NOVA ANDRADINA

RECOMENDAÇÃO

Inquérito Civil nº 06.2019.00000447-0.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça em exercício nesta comarca, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 129 da Constituição Federal, no art. 27, inc. IV, da Lei nº 8625/93 e no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e eficiência administrativa, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, na forma dos arts. 127, "caput", e 129, inc. II, da Constituição Federal e art. 25, inc. IV, alínea "a", da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO a relevância das atribuições conferidas ao Ministério Público no tocante à defesa do patrimônio público, por força do art. 129, inc. III, da Constituição Federal e das disposições da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzili, o "Promotor de Justiça do Patrimônio Público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativa e da proteção do patrimônio público e social"¹.

CONSIDERANDO que a recomendação "constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público"², viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para imposição de obrigação de fazer;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, "caput", da CF/88 e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelos entes públicos das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que, conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello, o princípio da legalidade "é o da completa submissão da Administração às leis. Esta deve tão somente obedecê-las, pô-las em prática. Daí que a atividade de todos os seus agentes, desde o que lhe ocupa a cúspide, isto é, o Presidente da República, até o mais modesto dos servidores, só pode ser a de dóceis, reverentes, obsequiosos cumpridores das disposições gerais fixadas pelo Poder Legislativo, pois esta é a posição que lhes compete no Direito brasileiro".³

CONSIDERANDO que a investidura em cargo ou emprego público depende da aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO que a exigência de concurso público está baseada em três postulados fundamentais, quais sejam, princípio da igualdade, pelo qual se permite que todos os interessados em ingressar no serviço público disputem a vaga em condições idênticas para todos; princípio da moralidade administrativa, indicativo de que o concurso veda favorecimentos e perseguições pessoais, bem como situações de nepotismo, em ordem a demonstrar que o real escopo da Administração é o de selecionar as melhores candidatas; e, por fim, princípio da competição, que significa que os

¹ MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 319.

² ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

³ Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2016, pág. 104.

candidatos participam de um certame, procurando alcançar-se a classificação que os coloque em condições de ingressar no serviço público⁴;

CONSIDERANDO que, segundo a Lei Complementar nº 42, de 26 de junho de 2002, mais precisamente no art. 63, a "remoção é deslocamento do servidor de uma para outra Secretaria Municipal ou para órgão subordinado diretamente ao Prefeito Municipal";

CONSIDERANDO que a cessão, por sua vez, é o ato administrativo que permite o afastamento temporário de servidor público, compreendido este como o titular de cargo ou emprego público, e possibilita o exercício de atividades por este em órgão ou entidade distinta da origem;

CONSIDERANDO que, em âmbito municipal, a matéria é tratada na Lei Complementar nº 42, de 26 de junho de 2002, na qual, inclusive, restringe-se a cedência a situações específicas;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça por meio da Ouvidoria do Ministério Público e é objeto deste procedimento que o município de Nova Andradina firmou dois "convênios de cooperação técnica" com o município de Batayporã/MS, no sentido de permutar servidores públicos;

CONSIDERANDO que, conforme apurado, inexistente autorização legislativa ou mesmo o instituto da permuta conforme utilizado pelo Executivo Municipal de Nova Andradina/MS e que a prática, sem qualquer procedimento, com relação a busca de interessados ou critérios objetivos para a sua realização, viola ao mesmo tempo os princípios da legalidade, da impessoalidade e da isonomia, sem se falar em possível afronta à moralidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, a Lei de Improbidade Administrativa, em seus arts. 10 e 11, esclarece que constitui ato de improbidade administrativa ações ou omissões que causem prejuízo ao erário e que atentem contra os princípios da administração pública;

RESOLVE recomendar ao Prefeito Municipal de Nova Andradina/MS, Excelentíssimo Senhor José Gilberto Garcia, e ao Secretário Municipal de Educação de Nova Andradina/MS, Ilustríssimo Senhor Fábio Zanata, que, no prazo de 15 (quinze) dias, em observância aos princípios constitucionais norteadores da Administração Pública, revoguem o convênio de cooperação nº 002/2019 celebrado com o Município de Batayporã/MS, fazendo com que as profissionais de educação retornem aos seus municípios e cargos de origem.

Requisita-se que, no prazo de 10 (dez) dias, o Executivo Municipal de Nova Andradina/MS informe por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação.

Em caso de não acatamento, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul informa que poderá adotar as medidas legais, inclusive mediante o ajuizamento da ação civil pública cabível.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público, assim como ciência ao Prefeito do Município de Batayporã/MS, Excelentíssimo Senhor Jorge Luiz Takahashi, à Secretária Municipal de Educação de Batayporã, Ilustríssima Senhora Sônia Nantes de Lima, e à Promotora de Justiça da Comarca de Batayporã/MS, Excelentíssima Senhora Dra. Bianca Machado Arruda Mendes.

Por fim, em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ, requisito à Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Executivo deste município.

Nova Andradina/MS, 30 de agosto de 2019

ALEXANDRE ROSA LUZ
Promotor de Justiça

⁴ CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo / José dos Santos Carvalho Filho - 31ª ed. rev. atual. e ampl. - São Paulo: Atlas, 2017, p. 416.

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ÁGUA CLARA

EDITAL N. 0006/2019/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001227-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: a apurar.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Carta Convite nº 001/2017, Processo Administrativo nº 006/2017, da Câmara Municipal de Água Clara.

Água Clara/MS, 27 de agosto de 2019.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0007/2019/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001065-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Silas José da Silva e Assomasul

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na realização de despesas sem previsão legal e orçamentária e/ou procedimento licitatório pela Prefeitura Municipal de Água Clara/MS no ano de 2016.

Água Clara/MS, 27 de agosto de 2019.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

ANAUROLÂNDIA

RECOMENDAÇÃO Nº 0009/2019/PJ/AID

IC nº 06.2019.00001275-9

Requerente: MPE

Requerido: Prefeitura Municipal de Anaurilândia

RECOMENDAÇÃO Nº 0009/2019/PJ/AID

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS, apresentado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007⁵:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para

⁵ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”⁶;

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”⁷, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul e do art. 15, *caput*, da Lei Orgânica do Município de Anaurilândia, a Administração Pública deve se pautar pelos princípios da impessoalidade, da moralidade, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que o Código de Posturas do Município de Anaurilândia – Lei nº 200/91-, veda expressamente no art. 99, com clareza solar, “queimar fogos de artifícios, bombas, buscapés, morteiros e outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas e portas que deitarem para os mesmos logradouros”, figurando tal conduta como infração administrativa municipal, passível de multa e adoção de medidas mais graves.

CONSIDERANDO que particulares registraram e se queixaram de vários incômodos causados pela utilização de fogos de artifício, de forma excessiva, por parte da Prefeitura Municipal em vários eventos realizados;

CONSIDERANDO que, em respostas às informações preliminares pedidas por este órgão de execução, a municipalidade confirmou a aquisição e utilização dos fogos de artifício, mesmo havendo e vigendo lei municipal que proíbe o uso de tal material, figurando como infração administrativa, denotando, portanto, clara irregularidade, uma vez que não tem amparo legal o próprio Gestor Municipal adquirir um produto, cujo uso é proibido expressamente no arcabouço normativo municipal;

CONSIDERANDO ainda que a conduta do Gestor Municipal, conforme descrito anteriormente, de adquirir produto, cujo uso é vedado pelas normas municipais, denota indícios de prática de ato de improbidade administrativa, na modalidade de ofensa ao princípio da legalidade, eis que soa improvável que aquele, no exercício do 4º mandato, não tenha conhecimento da lei municipal;

CONSIDERANDO que a aquisição e a utilização de fogos de artifício, além de ser ilegal em Anaurilândia, conforme redação de lei municipal, é de difícil controle e fiscalização os contratos estabelecidos entre o Poder Público Municipal e as empresas fornecedoras, sobretudo, no que concerne à quantidade e ao uso;

CONSIDERANDO que, dentro de um Município de pequeno porte, acrescida à circunstância da ilegalidade patente, mostra preocupante os valores que vem sendo destinados à aquisição de fogos de artifício, realização de show pirotécnico – R\$ 16 mil reais, quando há outras demandas dentro do Município que mereceriam maior esforço para sua resolução;

RECOMENDA ao Exmº Srº Prefeito Municipal de Anaurilândia/MS, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), para, em até 10 (dez) dias úteis:

- . Suspender imediatamente a aquisição de qualquer material, expressamente vedado pelo Código de Posturas Municipal, sobretudo, fogos de artifício, rescindindo eventual contrato existente;
- . Não mais adquirir os materiais cujo uso é expressamente proibido pela legislação municipal;

⁶ MAZZILLI, Hugo Nigro. *Introdução ao Ministério Público*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

⁷ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. *Ministério Público em ação*. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

- . Utilizar eventuais fogos de artifício já adquiridos **fora dos logradouros públicos** a fim de não esbarrar na vedação da lei municipal;
- . O descumprimento, total ou parcial, desta recomendação ensejará o ajuizamento da ação cabível para a anulação do ato ilegal, sem prejuízo de eventual ação civil pública de improbidade administrativa.
- . Ao técnico para: a) notificar o Exmº Srº Prefeito Municipal, bem como o Exmº Sr. Vereador Presidente da Câmara Municipal sobre este expediente; b) Providenciar a publicação para a devida publicidade deste ato; c) decorrido o prazo, com ou sem resposta, certificar e retornar concluso o presente inquérito civil.
- . No ofício a ser encaminhado ao Gestor Municipal, consigne se possui interesse em realizar um TAC a respeito do assunto, sendo que, caso queira, será designada uma audiência para tanto

Anaurilândia/MS, 2 de setembro de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça

NIOAQUE

EDITAL Nº 06.2019.00001192-7

A Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001192-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luciano Marcatto Bassan

Assunto: Apurar o desmatamento de 9,04 hectares de vegetação nativa, no imóvel rural denominado Fazenda Paraíso, de propriedade de Luciano Marcatto Bassan.

Nioaque, 03 de setembro de 2019.

MARIANA SLEIMAN
Promotora de Justiça